

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/16434	22513/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DP [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

- O Município de Braga é dono e legítimo possuidor dos espaços melhor identificados nos considerandos infra;
- Com vista a uma gestão eficiente dos referidos espaços;
- As diferentes áreas e capacidade de lotação dos referidos espaços implicam diferentes taxas, de acordo com a tabela de taxas em vigor;
- Nesse pressuposto, apuraram-se os preço-base de licitação que abaixo se apresentam:

Hasta Pública para Concessão de Licenças de Ocupação dos Locais de Venda disponíveis no Mercado Municipal.

N.º	Núm.	Dimensões	Base Licitação (Pagamento 1.º mês)	Pagamentos mensais seguintes
Talhos				
	14	19 m2	661,20 €	220,40 €



	10	19 m2	661,20 €	220,40 €
	2	19 m2	661,20 €	220,40 €
Lojas Interiores				
	8	23 m2	741,75 €	247,25 €
Hortofrutícolas				
B	23 a 26	4 m + 4 m (armazém)	237,00 €	79,00 €
D	19 a 21	3 m	129,15 €	43,05 €
F	17 a 19	3 m + 3 m (armazém)	177,75 €	59,25 €
F	27 a 33	7 m	301,35 €	100,45 €
F	34 a 37	4 m + 3 m (armazém)	220,80 €	73,60 €
G	1 a 6 / 46 e 47	8 m	344,40 €	114,80 €
G	30 a 33	4 m	172,20 €	57,40 €
I	24 a 27	4 m + 1 m (armazém)	188,40 €	62,80 €

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assim, propõe-se que:

Nos termos do disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove a hasta pública para a concessão de licenças de ocupação dos locais de venda do Mercado Municipal, melhor identificados acima, de acordo com o programa que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**PROGRAMA DE HASTA PÚBLICA PARA
CONCESSÃO DE LICENÇAS DE OCUPAÇÃO DOS LOCAIS DE VENDA DISPONÍVEIS NO
MERCADO MUNICIPAL**

Artigo 1º

Objeto

O presente procedimento tem por objeto a concessão de licenças de ocupação dos espaços/locais disponíveis (bancas, talhos e lojas de interior) no Mercado Municipal de Braga, melhor identificados na planta anexa (Anexo I), que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Artigo 2º

Entidade promotora

A entidade promotora é o Município de Braga, NIPC 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, com o número de telefone 253 616 060 (geral), sítio <http://www.cm-braga.pt>, sendo responsável pela organização da hasta publica a Divisão de Património.

Artigo 3º

Identificação / Base licitação

1 - Os concorrentes podem licitar um ou mais espaços, desde que cumpram o uso que lhes esteja afeto, podendo ser autorizada a venda de outros produtos ou artigos, mediante análise e autorização expressa e escrita e, uma vez cumpridos os pressupostos abaixo:

- a) Não colidam com as atividades existentes na área e com os impedimentos arquitetónicos;
- b) Estejam de acordo com as normas de higiene e segurança alimentar;
- c) No desenvolvimento da sua atividade, não contaminem ou ponham em perigo a qualidade, higiene e segurança dos produtos vendidos nas bancas vizinhas.

2 – Consta do quadro infra a identificação a especificação dos lugares objeto de licitação, bem como o valor base mensal de licitação.



N.º	Núm.	Dimensões	Base Licitação (Pagamento 1.º mês)	Pagamentos mensais seguintes
Talhos				
	14	19 m2	661,20 €	220,40 €
	10	19 m2	661,20 €	220,40 €
	2	19 m2	661,20 €	220,40 €
Lojas Interiores				
	8	23 m2	741,75 €	247,25 €
Hortofrutícolas				
B	23 a 26	4 m + 4m (armazém)	237,00 €	79,00 €
D	19 a 21	3 m	129,15 €	43,05 €
F	17 a 19	3 m + 3m (armazém)	177,75 €	59,25 €
F	27 a 33	7 m	301,35 €	100,45 €
F	34 a 37	4 m + 3m (armazém)	220,80 €	73,60 €
G	1 a 6 / 46 e 47	8 m	344,40 €	114,80 €
G	30 a 33	4 m	172,20 €	57,40 €
I	24 a 27	4m + 1m (armazém)	188,40 €	62,80 €

Período de funcionamento: Todos os dias de terça-feira a sábado.

Horário de funcionamento: 05:00h – 18:00h (terça a sexta feira)

Horário de abertura: 07:00h – 17:00h de terça a sexta-feira, e das 07:00h – às 14:00h aos sábados.

Instalações: Conforme Anexo II.

3 – Quando aplicável, os espaços podem ser licitados por m² ou área total.

4 - O espaço será cedido no estado de conservação em que se encontra.

5 - Os interessados poderão visitar os espaços a explorar até ao penúltimo dia anterior ao ato público, entre as 9:00h e 12:00h e entre as 14:00h e 17:00h, devendo, para o efeito, contactar a Unidade de Gestão de Equipamentos Municipais (Mercado Municipal), via telefone 253 616 060 ou para o email: praca@cm-braga.pt.



6 – O horário de funcionamento do Mercado Municipal consta do Regulamento Municipal de Braga, bem como as demais regras nele estipulado, obrigando-se os concorrentes a cumpri-lo na íntegra, o qual prevalece em caso de divergências ou na eventualidade de vir a ser objeto de alguma alteração.

7 - Os valores mínimos a pagar pela cedência dos espaços constam no quadro constante do n.º 2 deste artigo e os lanços subsequentes terão de ser no mínimo de 10,00€ (dez euros), valores arredondados à dezena por excesso.

8 – No que respeita à loja interior 8 e talhos, ao valor lícitado, acrescem os consumos de eletricidade e comunicações, devendo os interessados proceder à contratação dos respetivos serviços, para o efeito.

Artigo 4º

Prazo da concessão

1 - As concessões objeto da presente hasta pública são realizadas pelo período de 5 (cinco) anos, renováveis por iguais períodos sob requerimento dos interessados, com a antecedência mínima de 90 dias em relação ao prazo de caducidade.

2 – Os interessados poderão, a qualquer momento, desistir do espaço concessionado, desde que o requeiram por escrito, com a antecedência mínima de 90 dias face ao dia em que pretendem cessar a ocupação.

3 – Em caso de incumprimento das cláusulas anteriores, será aplicada uma sanção pecuniária de 50% sobre o valor da renda mensal.

Artigo 5º

Critério de adjudicação

1 - O critério de adjudicação é o do preço mais elevado lícitado.

2 – Após licitação, o adjudicatário provisório deve, de imediato, efetuar o pagamento de 30% do valor da licitação.

3 – O não cumprimento do n.º anterior torna a adjudicação nula.

Artigo 6º

Esclarecimentos



Poderão ser solicitadas informações e esclarecimentos, relativos ao presente procedimento, no prazo de 5 dias úteis contados a partir do dia seguinte ao da publicação do anúncio, a todos os interessados que o requeiram à Divisão de Património, através do email: patrimonio@cm-braga.pt

2. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, via email.

Artigo 7º

Exclusão dos concorrentes

São causas de exclusão:

- a) A prestação de falsas declarações ou a falsificação dos documentos apresentados, sem prejuízo de participação criminal à entidade competente para o efeito.
- b) A não apresentação da fotocópia da certidão do registo comercial ou industrial, da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos.
- c) A não apresentação do documento comprovativo de que a situação tributária do concorrente se encontre regularizada, após notificação de adjudicação provisória.
- d) A não apresentação do documento comprovativo de que a segurança social do concorrente se encontre regularizada, após notificação de adjudicação provisória.

Artigo 8º

Hasta pública

1 – O ato público terá lugar, no Mercado Municipal, sito na Praça do Comércio, às 10:00h do dia a publicar em edital.

2 – A praça é única, mas realizar-se-á a licitação em separado para cada um dos espaços identificados no artigo 3.º deste regulamento, a partir do valor base.

3 – Podem assistir ao ato público quaisquer interessados ou seus representantes, desde que devidamente credenciados.

4 – A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado, por três vezes, o lanço mais elevado e este não for coberto.

Artigo 9º

Comissão

1 – A praça é dirigida por uma comissão, composta por:



Nome	
Olga Pereira	Presidente
Sandro Louro	1.º Vogal
Renato Silva	2.º Vogal
Ana Bernardo	1.º Vogal suplente
Tânia Maia	2.º Vogal suplente

2 – O ato público realiza-se perante a Comissão referida no ponto anterior, sem prejuízo de, por razões de logística ou de funcionalidade, poder ser prestado apoio por quaisquer outros colaboradores municipais.

Artigo 10º

Obrigações dos concorrentes

1 – Constituem obrigações dos concorrentes:

- Adquirir todos os equipamentos necessários à sua atividade;
- Obter todas as licenças, certificações e autorizações necessárias à sua atividade;
- Efetuar atempadamente o pagamento dos espaços concessionados;
- Cuidar sempre com o melhor zelo, da apresentação, arrumo e decoração do estabelecimento e da boa ordem do serviço;
- Garantir as manutenções e reparações dos equipamentos existentes, bem como a sua substituição em caso de não reparação;
- Manter as zonas de exploração permanentemente limpas e esteticamente arranjadas, respeitando rigorosamente todos os preceitos de higiene, asseio e organização;
- Dar conhecimento imediato ao Município de Braga de qualquer vício que afete o local;
- Manter à disposição dos utentes o livro de reclamações, nos termos da legislação em vigor;
- Manter afixada, de forma bem visível, a tabela de preços dos artigos à venda;
- Nos casos em que se aplique, facultar a entrada a todo o momento de colaboradores do Município de Braga, encarregados de qualquer missão de inspeção e proporcionar-lhes todos os elementos que estes solicitarem, para verificação das regras de boa execução e cumprimento das regras contantes no regulamento do mercado municipal;
- Cumprir as leis aplicáveis ao exercício da atividade;
- Cumprir todas as obrigações decorrentes das normas de higiene, segurança, salubridade e ambientais, relativas ao uso destinado;
- Apresentação, dos documentos comprovativos da declaração de início de atividade e/ou reinício de atividade pela AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) com o CAE



identificado, prazo este eventualmente derogável, mediante autorização, sob pena de caducar o direito de ocupação;

- n) Não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial do espaço concessionado por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica;
- o) Restituir, findo o prazo de concessão, o espaço concessionado em bom estado de conservação, ressalvadas as deteriorações inerentes a um uso normal e prudente, e em condições de o mesmo poder continuar a ser utilizado ininterruptamente.

Artigo 11.º

Adjudicação Definitiva

A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal, ao abrigo da alínea g), do artigo 33.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação, e conforme delegação de competências da Câmara Municipal no seu Presidente, devendo dela ser notificado o concorrente, no prazo de 30 dias a contar da adjudicação provisória.

Artigo 12º

Casos de não adjudicação

1 – Não há lugar à adjudicação provisória quando:

- a) todas as propostas tenham sido excluídas;
- b) nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- c) a proposta apresentada seja inferior ao valor base de licitação;
- d) existam fundados indícios de conluio entre os concorrentes;
- e) se verifique erro relevante sobre a identificação ou a composição do objeto da alienação por carta fechada;
- f) se verifique a prestação de falsas declarações ou a falsificação dos documentos apresentados, sem prejuízo de participação criminal à entidade competente para o efeito;
- g) por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento.

2 - Não há lugar à adjudicação definitiva quando:

- a) o concorrente provisório incumpra com algum dos requisitos mencionados nos artigos 5.º e 7.º;
- b) exista fundado receio de que o concorrente provisório não terá condições para cumprir integralmente as obrigações decorrentes das peças do procedimento;
- c) se verifiquem as situações previstas nas alíneas d) e f) do número anterior.

3 – A decisão de não adjudicação, provisória ou definitiva, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os interessados.



4 – Em caso de não adjudicação, provisória ou definitiva, por causa imputável ao interessado, poderá proceder-se à adjudicação ao concorrente que tenha apresentado a proposta ou o lanço imediatamente inferior ao valor de arrematação, exceto em caso de indícios de conluio, perdendo o adjudicatário provisório o valor entregue ao município.

Artigo 13º

Ajuste direto

As concessões objeto deste procedimento podem ser efetuadas por ajuste direto, caso a hasta pública tenha ficado deserta ou, não tendo ficado, não tenha havido adjudicação por causa imputável ao interessado, nos termos do artigo anterior e não possa ser adjudicado ao concorrente do lanço imediatamente inferior ao valor da arrematação.

Artigo 14º

Consulta do procedimento e obtenção de cópias

1 – O presente Regulamento de Hasta Pública encontra-se disponível para consulta, nos dias úteis, entre as 9 horas e as 12.30 horas e entre as 13.30 horas e as 17 horas, na Divisão de Património, sita na Praça Conde de Agrolongo, 4704-514 Braga, desde a data da publicação do presente procedimento até ao último dia do prazo fixado para o envio das propostas.

2 - A cópia das peças pode ser solicitada e levantada no Balcão Único, sita na Praça Conde de Agrolongo, mediante o pagamento do valor devido e calculado nos termos da Tabela de Taxas e Licenças, desde a data da publicação do presente procedimento até ao último dia da data fixada para o envio das propostas.

3 - Os interessados podem igualmente descarregar o Regulamento da Hasta Pública no sítio da internet da Câmara Municipal de Braga.

Artigo 15º

Licença de ocupação

1 – Após adjudicação definitiva e pagamento do primeiro mês de utilização do espaço, será emitida a respetiva licença que confere ao adjudicatário o direito de ocupação do respetivo espaço de venda.

2 – Com a emissão da licença de ocupação transfere-se para os adjudicatários o uso do correspondente lugar, ficando os mesmos responsáveis por todos os encargos inerentes ao mesmo, decorrentes da lei, contrato ou regulamento aplicável atividade exercida.

3 – Os adjudicatários não ficam dispensados da apresentação de projetos de licenciamento complementares da sua atividade, nomeadamente publicidade e obras de adaptação, caso sejam legalmente exigidas.



- 4 – Caso seja necessário proceder a obras e benfeitorias de adaptação, estas serão por conta do adjudicatário e deverão ser previamente autorizadas pelo Município.
- 5 – Todas as obras e benfeitorias que venham a ser executadas ficarão a constituir parte integrante do lugar de venda, não podendo o adjudicatário exigir qualquer indemnização ou alegar direito de receção.
- 6 – Findo o prazo do direito de ocupação, o adjudicatário fica obrigado a entregar os lugares de venda em bom estado de conservação e limpeza e devoluto de bens.



Anexo I – PLANTA



Anexo II – Equipamentos afetos

Talho 2

Dimensão 19 m2

Produtos Comercializáveis: e)

Valências: Vitrine refrigerada; Espaço de fumeiro; Cozinha certificada com:

- Picadora
- Máquina de vácuo
- Balança
- Máquina de enchimento de chouriços
- Exaustão
- Fogão de placa



Talho 10

Dimensão 19 m2

Produtos Comercializáveis: e)

Valências: Vitrine refrigerada; Espaço de fumeiro; Cozinha certificada com:

- Picadora
- Máquina de vácuo
- Balança
- Máquina de enchimento de chouriços
- Exaustão
- Fogão de placa



Loja Interior 8

Dimensão 23 m2

Produtos Comercializáveis: a);c) e);
d); g); h); i); j) e 3.



Talho 14

Dimensão 19 m2

Produtos Comercializáveis: a); c) e); d); g); h);
i); j)

Valências (exclusiva a atividade de talho):

Vitrine refrigerada; Espaço de fumeiro;

Cozinha certificada com:

- Picadora
- Máquina de vácuo
- Balança
- Máquina de enchimento de chouriços
- Exaustão
- Fogão de placa



Banca G: 1-6;46-47

Setor G Lugar 1 a 6 e 46 a 47

Dimensão: 8mt

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca B: 23-26

Setor B Lugar 23 a 26

Dimensão: 4mt + 4mt armazém

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca D: 19-21

Setor D Lugar 19 a 21

Dimensão: 3mt

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca F: 17-19

Setor F Lugar 17 a 19

Dimensão: 3mt + (3mt armazém)

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca F: 27-33

Setor F Lugar 27 a 33

Dimensão: 7mt

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca F: 34-37

Setor F Lugar 34 a 37

Dimensão: 4mt + (3mt armazém)

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca G: 30-33

Setor G Lugar 30 a 33

Dimensão: 4mt

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)



Banca I: 24-27

Setor I Lugar 24 a 27

Dimensão: 4mt + 1mt (armazém)

Produtos Comercializáveis: a); b): 3 (flores, plantas e sementes)

